

QUE CIDADÃOS DO MUNDO NA GLOBALIZAÇÃO PARTIDA? UM OLHAR SOBRE IMIGRAÇÃO E ALTERIDADE

Debora Alves Minuzzo*

RESUMO: Procuramos refletir sobre os movimentos migratórios das periferias ao centro do mundo capitalista atual. Consideramos os diferentes níveis de acesso e os diferentes tipos de apropriação do espaço mundial pelos diversos grupos: da elite cosmopolita ao imigrante ilegal. Consideramos que em uma globalização partida, que não pode existir para todos, milhões de pessoas continuam a se deslocar atrás de um sonho, sonho este vendido pela ideologia do sucesso no mundo capitalista. Prosperidade, desenvolvimento e prestígio social se confundiriam com mobilidade (ascendente) espacial. Nesse contexto, os cidadãos dos países desenvolvidos também reagiriam diferentemente à chegada do “outro”. Xenofobia ou interculturalidade dependeriam, entre outros fatores, do quão distante simbolicamente é este “outro”. Por fim, tratamos das funções sociais do imigrante do “terceiro mundo” no imaginário e discurso do “primeiro mundo”.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração, globalização, alteridade.

ABSTRACT: We tried to reflect on immigration movements from the peripheries to the center of capitalist world today. We considered different access levels and different types of participation on global space by diverse groups: from cosmopolitan elite to illegal immigrants. We believe that in a divided globalization, which can not exist for everyone, millions of people continue to look for a dream, a dream sold by the success ideology in the capitalist world. Prosperity, development and prestige are imagined as space mobility. In this context, citizens of developed countries also react differently to the arrival of “others”. Xenophobia or intercultural perspective would depend, among other things, on how symbolically distant are these “others”. Finally, we reflect on the social functions of “third world” immigrants in the imagery and discourses of the “first world”.

KEYWORDS: Immigration, globalization, otherness.

* Debora Alves Minuzzo é graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestra em Saúde e Bem-Estar Público pela Universidade de Évora (UE) e pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) e atualmente cursa seu doutorado em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO).

Se adotarmos a metáfora do centro e da periferia do mundo - que corresponde conceitualmente aos locais ricos e influentes *versus* os locais em desenvolvimento ou miseráveis -, constataremos que existem dentro da periferia alguns centros, bem como existem dentro do centro algumas periferias. Manhattan já não é um lugar para populações pobres e Wall Street é um *playground* para a burguesia internacional. David Harvey¹ traz esses exemplos para falar da expulsão das massas dos centros para locais de moradia distantes, afastamento geográfico e simbólico. O autor reutiliza a noção de direito à cidade² como algo além do acesso à cidade. Ter direito à cidade seria inverter o processo pelo qual os prédios olham para as ruas e para as pessoas de cima, decidindo o que fazer de suas terras; seria alterar e reconstruir a cidade conforme as necessidades da maior parte da população.

Se pudéssemos refletir livremente sobre o conceito de direito à cidade, o que poderíamos dizer de um direito às cidades do mundo? Zizek (2006, 78) escreveria, irônico e incrédulo, que "é fácil elogiar o caráter híbrido do sujeito migrante pós-moderno" se nos esquecermos que há, pelo menos, dois tipos de pessoas que flutuam entre diferentes círculos culturais. Há pelo menos dois tipos de acesso, construção e apropriação do espaço público a nível mundial. Esses extremos corresponderiam, por um lado, à elite cosmopolita, apreciadora das diferenças culturais, classe média ou alta que tem visto de entrada para ultrapassar as fronteiras; por outro lado, um sujeito que em parte busca e em parte foge, expulso de sua terra pela pobreza ou pela violência (étnica, política ou religiosa), o africano que nunca normaliza sua situação de imigrante ilegal e atravessa a fronteira arriscando a vida. Sendo ambos híbridos imigrantes, não gozam da mesma cidadania nem da mesma experiência de mundo. Um realiza a possibilidade de bricolagem cultural, na ausência de uma identidade fixa, para ser o sujeito pós-moderno por excelência, cuja estrutura do sentimento percebe o efêmero, o fragmentário e o caótico como condições positivas de existência (Harvey 2009). O outro carrega o peso da exclusão, a incapacidade de participar nos assuntos da comunidade e a vergonha de aparecer em público, com o estigma de sua pobreza (Sen 2001).

A contradição "globalização partida" é uma provocação. Em primeiro lugar porque o próprio conceito de globalização é polissêmico, não tem unidade e serve a

¹ Entrevista ao "Le monde diplomatique Brasil", março 2009.

² Conceito original de Lefebvre.

diversas leituras do mundo contemporâneo. Geralmente tratada pelos economistas como trocas no mercado mundial, a globalização pode significar também a ampla difusão de informações e produtos culturais, bem como conexões entre pessoas. Outra razão para falar em uma globalização partida é o fato de que ela não existe para todos. Há no mundo muitos redutos de pobreza, isolados política e comercialmente, condenados à exclusão da circulação de bens e recursos. Esses lugares não são atraentes ao investimento financeiro e não possuem recursos próprios para entrar no promissor mundo capitalista.

Em muitos países, existem circunstâncias que expulsam de fato as populações de suas comunidades originais. Quando falamos de deslocamentos em massa em consequência de ataques genocidas, a luta pela sobrevivência e a desarticulação das relações locais permite apenas um grito desesperado de abrigo para alguns indivíduos. Existem organizações internacionais que pressionam países e instituições para que recebam ou ajudem o maior número possível de pessoas. No entanto, nem mesmo nesses casos, essas pessoas são sempre salvas. Esse resgate pode ainda ser, de alguma forma, deformado. Foi o caso da ONG francesa acusada pelo governo do Chade de tentar sequestrar 103 crianças, em 2007³. A suposta ajuda humanitária teria sido frustrada e descobriu-se que muitas daquelas crianças não eram órfãs, não vinham de zonas de conflito e seriam enviadas para adoção na França. Outra realidade é o pedido de asilo para perseguidos políticos. Há um complicado procedimento de aceitação e recusa desse recurso. Pessoas de locais tão distintos quanto a Ásia e a África ficam temporariamente em um país europeu, por exemplo, enfrentando entrevistas e processos, até que a autoridade lhes conceda ou não o visto permanente de asilado. Decisão essa que significa para muitos vida ou morte, a sensação de anomia em jogo.

Gostaria de acrescentar um ponto sobre a anomia. Certamente o conceito pertence principalmente a Durkheim⁴. Contudo, Mauss (1995, 334), sem dar um nome específico, descreveu perfeitamente essa experiência. Quando falamos da vivência pelo sujeito imigrante da sensação de anomia, estamos considerando "sua vontade, seu desejo de viver ele mesmo sua vida" e que nos casos em que isso é frustrado por poderes institucionalizados ou mais sutis (Foucault 1997), passa a dominar o desacordo entre o indivíduo e a sociedade, desacordo que pode lhe tirar a vontade de viver. O sujeito não se mata, mas perde o apoio social e a sua consciência enquanto

³ <http://www.folha.uol.com.br/>

⁴ Em seu texto "Da divisão do trabalho social".

ser social. Sempre, de algum modo, a sua vida está em outro lugar. A globalização contém em si o pânico e a sedução do contato com o diverso (Canclini 2007).

A UTOPIA URBANA E SEUS LIMITES

Há muito tempo, a mídia, os especialistas, os cientistas, os governantes e empresários de diversos países (desenvolvidos ou não) vendem a imagem do que é o sucesso e qual o caminho para alcançá-lo. A ideologia liberal afirma que a maior liberdade pessoal teria produzido uma prosperidade material nos países desenvolvidos. A própria idéia de desenvolvimento estaria ligada à de democracia e economia liberal, noções de justiça supostamente universais (Hayek 1981). Esses discursos de poder e saber (Foucault 1997) "excitam a imaginação de milhões de pessoas" (Canclini 2007, 29) que pelas razões as mais diversas podem querer arriscar sua sorte na aventura da globalização pós-moderna.

Assim como Gilberto Velho (2002)⁵ identificou e analisou a utopia urbana na mobilidade espacial de camadas médias para o bairro de Copacabana, como a busca por prestígio social e status, quis analisar aqui a utopia urbana na globalização, focando menos nas diferenças (a começar pelas proporções do objeto) do que nas reflexões em comum.

A estratégia de mobilidade espacial dos indivíduos imigrantes dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos se baseia em distintas motivações, conforme as condições da partida, e necessita de distintos esforços (em geral maiores quando há maior necessidade material). Apesar dos distintos perfis – o indivíduo que é obrigado a mover-se; o indivíduo que precisa em alguma medida e quer se mover; o indivíduo que simplesmente deseja a mobilidade –, há ideologias comuns. Possivelmente, uma delas é a sensação de triunfo ao chegar ao centro do mundo. A sociedade capitalista divulga padrões materiais e não-materiais de alto nível, cria e enfatiza determinados padrões de consumo cujo maior acesso está nos locais vistos como privilegiados. Há a difusão de ideais de qualidade de vida que incluem categorias compartilhadas sobre os locais onde essa qualidade é possível. Representa-se assim o Primeiro Mundo como *locus* das coisas boas da vida, enfatizando o desenvolvimento da tecnologia, da ciência, do acesso a serviços básicos e aos bens,

⁵ Esse livro inspirou a maior parte das reflexões dessa subdivisão do texto, sendo preferível explicitar isso a tornar repetitiva a referência.

sempre em contraste com a ausência ou insuficiência do Terceiro Mundo. Apesar das elites de muitos países em desenvolvimento viverem como as elites dos países ricos, divulga-se a idéia de que todos os privilégios da civilização teriam um lugar determinado no mapa-múndi.

Aqueles que se lançam na aventura não geram sozinhos os símbolos e as aspirações que norteiam suas estratégias e decisões. A mobilidade espacial está ligada à idéia de distribuição de poder, de mobilidade social. As pessoas querem se mudar para um lugar melhor e para ser vistas como melhores. Os diferentes países do mapa recebem sinais positivos e negativos que são claros para quase todos os indivíduos. Os indivíduos se definem pelo lugar em que moram, deixando para trás condições de vida não necessariamente precárias, nem mesmo piores das que encontrarão. Deixemos de lado por um instante os nossos exemplos de perseguidos políticos, de indivíduos vulneráveis em situações de genocídio ou outras situações extremas. Analisemos os indivíduos de diversas camadas que têm a escolha de permanecer em seu lugar de origem e levantemos a hipótese seguinte.

Seria possível pensar que milhares de pessoas se deslocam voluntariamente aos países desenvolvidos motivadas por uma vontade de ascender socialmente ou simplesmente ter prestígio social? Parece-nos que não seria dar um tiro no escuro afirmar que há uma crença, bastante difundida, nas qualidades pessoais e na capacidade individual de melhorar de vida, que passa pela noção de triunfo na ascensão espacial. A ideologia da sociedade aberta, de acordo com a qual o indivíduo que trabalha e se esforça pode chegar a Copacabana ou a Londres, acaba por reforçar a imagem da sociedade hierarquizada que, ainda assim, possui certo grau de fluidez. Londres (ou qualquer outro centro) aparece como local de gente moderna, adiantada, bem-sucedida, que venceu na vida, ou seja, os melhores.

Criam-se dois pólos, por um lado, a sofisticada e moderna civilização, do outro lado, a periferia. Os dois mundos estão unidos, entretanto, pela desigualdade. A mobilidade espacial a todo custo pode significar a impossibilidade real de ascender por outros meios. Ainda que mover-se não signifique adquirir uma ocupação profissional de maior prestígio – às vezes é no sentido contrário, de uma precarização (Sennett 2009) -, a diferença salarial em termos relativos e a reputação de habitante (nem sempre cidadão) do Primeiro Mundo podem pesar mais. Certamente, a maioria não negaria as dificuldades encontradas, a precariedade, a instabilidade e, em alguns

casos, o desencanto. O prestígio social frente à comunidade de origem não corresponde sempre a um poder real no local de chegada.

Não parece, em princípio, que algum desses projetos de imigração vise benefícios a uma ampla coletividade. Parece significar no máximo um projeto individual ou comum a um grupo restrito, como uma família ou amigos. O repasse de renda entre países se dá em boa parte através desse meio: um ou mais indivíduos imigram para países desenvolvidos e enviam dinheiro para a comunidade (mais próxima afetivamente) que permaneceu no país de origem. Esse repasse faz a diferença entre pobreza e dignidade para algumas famílias. Esse uso da globalização econômica é feito por gente comum, digamos, individualmente, não através de instituições.

Devemos considerar, ainda que brevemente, que as diversas crises econômicas do (neo)liberalismo levaram, em muitas partes, a uma crise de legitimidade dos fundamentos da sociedade capitalista⁶. A noção de que o Capital é uma máquina global anônima que age sem qualquer agente que o anime (Zizek 2006) já não convence como antes. Muitos demandam regulação e regras para o jogo liberal, já não acreditando na capacidade política local em responder às injustiças econômicas. As decisões dos países desenvolvidos são questionadas, inclusive por instituições que são cria sua, por exemplo, a Organização das Nações Unidas que demanda maior comprometimento financeiro, político e ético com as regiões mais pobres do mundo.

Digamos que a utopia urbana globalizada e a mobilidade imigratória podem sim estar baseadas na crença em uma ideologia vendida pelos países que deram certo, aliada às incertezas de um mundo fluido (Sennett 2009; Bauman 2008), em que indivíduos ou grupos buscarão uma vida melhor e mais segura. O indivíduo não necessita dominar a retórica para defender seu lugar no mundo, ele pode ter um saber sobre como as coisas funcionam na vida prática e no cotidiano, usando isso a seu favor. Dentro das possibilidades contidas nas circunstâncias em que vive - e isso é muito importante porque haverá aí desigualdade -, ele pode inventar criativamente seu estar no mundo (De Certeau 2004). Se a globalização tem feito algo dos indivíduos, eles têm igualmente feito algo da globalização.

Por fim, devemos questionar o alcance da utopia urbana, devemos questionar se o imaginário sobre a globalização é tão amplo e eficaz a ponto de acabar com

⁶ Harvey em entrevista ao "Le monde diplomatique Brasil", março 2009.

sentimentos de pertencimento local. Wolff nos lembra que os homens sempre viveram em comunidades. Ainda que uma comunidade não coincida com um território fixo, ela "possui uma identidade no tempo, ela é uma memória e um projeto, é o lar de uma experiência histórica idêntica, passada ou vindoura, real ou imaginária" (Wolff 2007, 61). A maioria das pessoas não tem acesso à mobilidade internacional na globalização. Mesmo os que têm acesso, não desejarão necessariamente sair de seus locais de origem ou manter algum tipo de vínculo com pessoas distantes.

AL TERIDADES, AL QAEDA E OUTROS...

Para os habitantes do Primeiro Mundo, o espaço é facilmente transposto, o mundo está cada vez mais cosmopolita, as fronteiras dos Estados foram derrubadas. Para aqueles impedidos de se mover, os muros dos controles de imigração e as leis de residência tornam o espaço cada vez mais fechado. Os habitantes privilegiados dos países em desenvolvimento lutam para se distinguir dos seus conterrâneos vistos como aproveitadores, pobres e vagabundos. Os primeiros não querem a mesma desaprovação e tratamento que os segundos recebem (Bauman 1999).

Os cidadãos (de cidadania nata ou adquirida) dos países desenvolvidos podem enxergar esses movimentos imigratórios a partir de diversas perspectivas. Podem perceber a interculturalidade e a alteridade como elementos pós-modernos libertadores. Sem visar futuros melhores, sem querer ser a vanguarda, esses cidadãos lidam com o presente puro, com as arenas culturais abertas a todos, aceitando a fragmentação como um aspecto positivo do tecido social (Harvey 2009). No entanto, haverá outro tipo de olhar, que julga o pluralismo em seu próprio país como uma tentativa vã de conciliar visões contraditórias e de dividir recursos limitados. Eles também não crêem no projeto universal de emancipação humana, mas por razões distintas, afirmando que não haveria meios de responder a imensa demanda por inclusão e os imensos paradoxos de um mundo fragmentário, tampouco haveria uma responsabilidade compartilhada. Em uma posição extrema, essa reflexão poderia levar ao nacionalismo próximo ao fascismo ou à xenofobia, revelada em comentários sobre a purificação do corpo social e a ilegitimidade de certos grupos (vindos da periferia do mundo) em partilhar os privilégios. Está presente, certamente, a ideologia sobre o mérito de um povo, visto como relativamente isolado dos outros países, descontextualizado histórica, política e economicamente.

Zizek questiona o discurso – principalmente europeu - de tolerância em relação aos "outros". A defesa do multiculturalismo seria, para o autor, uma ideologia do capitalismo, uma posição global vazia em que se produz uma distância paternalista em relação às culturas locais que convém estudar e respeitar. Baseado nesse respeito e nessa distância, o europeu afirmaria sua superioridade. O universalismo e a crescente homogeneização do mundo contemporâneo se esconderiam atrás da cortina da "coexistência híbrida de mundos culturais diversos" (Zizek 2006, 76).

Além disso, a luta por reconhecimento das diferenças culturais teria deixado de lado a energia crítica sobre as bases do sistema capitalista (Zizek 2006). Muitas pessoas, descrentes sobre qualquer possibilidade de intervenção ampla e profunda na dinâmica político-econômica, buscariam salvar a própria pele, enquanto indivíduos ou enquanto grupos. O reconhecimento de identidades marginais passa por uma negociação e luta que muitas vezes têm como pressuposto a inclusão em um regime social, econômico e político já existente. O direito à cidade é aí compreendido apenas como acesso à mesma, não como reconstrução a partir da participação dos cidadãos. A nível global, a projeção da idéia é igualmente verdadeira. Os centros do mundo não estão abertos à reconstrução por toda e qualquer população. O multiculturalismo tem essa outra face a ser problematizada: as distintas tolerâncias frente aos diversos "outros".

Um desses "outros" do Ocidente desenvolvido – no passado e no presente - é a Ásia, principalmente os países muçulmanos. Said (2007) nos fala que o seu Oriente não é o mesmo de Napoleão, muito menos o dos ocidentais especialistas no orientalismo. O autor, metodologicamente, estranha o Ocidente, esse produtor de saber sobre um Oriente supostamente imutável e homogêneo, essencialmente o mesmo através do tempo e em todas as partes. A posição política e ideológica que Said assume sem reservas é a de uma denúncia sobre o saber, não só equivocado, produzido pelo orientalismo, como a relação desse saber com a manutenção de um poder e de um discurso de superioridade do Primeiro Mundo. A acusação de falta de democracia e ausência de direitos das mulheres, opondo um Oriente bárbaro a um Ocidente civilizado (e civilizador), teria contribuído para a manufatura de um choque de civilizações. A própria divisão formal do mundo em dois extremos, como se as partes fossem oponentes por natureza, reforça a noção de diferença intransponível.

Quando se trata de um "outro" realmente distante simbolicamente, o Ocidente desenvolvido não se limitaria à defesa do multiculturalismo, em que se conhece para coexistir; passaria a adotar o conhecimento como uma autoridade que justifica a dominação (Said 2007). Assim, as atividades terroristas de certos grupos orientais seriam vistas como típicas de um povo atrasado, violento, fanático, quando não oprimido por governos arcaicos que não teriam separado as esferas religiosa e política. O controle para os imigrantes dos países islâmicos tenta eliminar a confusão criada pela abolição dos vistos em diversos países. Deve ficar claro quem tem direito a entrar sem maiores constrangimentos e quem deveria ter ficado no lugar de onde partiu (Bauman 1999): aquele que carrega os traços étnicos (e nenhuma compensação financeira) do "outro" por excelência.

O terrorismo está na origem de um medo difuso, disperso, indistinto. Quando tudo pode acontecer a qualquer momento, o arbitrário se torna um fantasma. Contra ele, um complexo aparato de defesa será montado, a inventividade humana não conhece fronteiras para estratégias exuberantes. Os sapatos, as pastas de dente e, claro, os passaportes, serão revirados. Mas, quem se sentirá seguro? Afinal, já aprendemos, a civilização é vulnerável (Bauman 2008). Hipóteses são levantadas na contramão, entre elas, se terá sido um avião pilotado pela Al Qaeda algum tipo de efeito colateral do que se tornou consenso chamar progresso ou imperialismo norte-americano. Teriam Wall Street, a Casabranca ou as torres gêmeas atingido o avião, e não o contrário⁷?

Existe, além da oposição entre nós e eles, oposições dentro da comunidade reconhecida como nós (Wolff 2007). São diversas as ocasiões em que uma pessoa pode conversar com um europeu ocidental e ouvi-lo falar sobre o perigo potencial e os atos criminosos dos "outros" europeus, em que o romeno é o exemplo clássico. E se, além de romeno, for cigano, será a glória para os discursos sobre a verdade contida nos estereótipos. Esses relatos se baseiam na suposição de uma natureza ou verdade essencial que certos grupos carregam (Canclini 2007). A nacionalidade veicularia a identidade e principalmente a identificação imediata de quem é o sujeito e o que devemos esperar dele. Essas percepções são possíveis porque houve em algum momento relações interculturais dos distintos povos, porém, o que as generalizações e a xenofobia produziram foi um parcial e perigoso conhecimento do "outro".

⁷ Imagem retirada da música "A praia", da banda "El efecto".

DECIFRA-ME OU NÃO, DEVORO-TE

O imigrante tem pelo menos duas funções sociais (involuntárias): demarcar o que não somos nós, mas também ser um dos bodes expiatórios de uma sociedade complexa economicamente. Em um mundo muito dependente da esfera do trabalho, ele será visto muitas vezes como uma ameaça ao equilíbrio social e econômico, seja porque ocupa vagas de emprego aceitando salários mais baixos, seja porque usufrui dos benefícios de um Estado-Providência em crise. A ameaça percebida é de três ordens: contra o corpo e as propriedades, pois, o imigrante é visto como um marginal em potencial; contra a ordem social, a renda e o emprego; contra a identidade das pessoas do lugar e a manutenção da hierarquia social (Bauman 2008). Não entrarei em detalhes sobre como a imigração (i)legal serviu durante décadas (e serve ainda hoje) para a construção desses mesmos Estados de bem-estar social e para o equilíbrio da pirâmide de idade, que nos países desenvolvidos ameaça inverter. Muito menos falarei do percurso histórico dessas desigualdades e interdependências. Contentarei-me com um comentário sobre o significado e a utilidade desses discursos de medo.

O medo de perder o trabalho para um compatriota ou um estrangeiro faz parte de uma economia baseada na incerteza. Em alguma medida, como era no começo da sociedade industrial, medo de que o exército de reserva lance mão do seu trabalho sob condições ainda mais precárias. Porém, principalmente, medo por saber que nada dura para sempre e não há controle sobre o que o tempo fará do seu emprego atual. Assim, como Cronos devorou seu filho, nada permanecerá⁸. O Capital impaciente, faminto por mudanças, exige que todos, instituições e indivíduos, se adaptem e estejam prontos para o novo. A dimensão do tempo no novo capitalismo transpassa as esferas pública e privada, o laboral e o pessoal. As trajetórias são fragmentadas, os indivíduos passam de emprego em emprego, muitos não têm qualquer vínculo afetivo ou criativo com as atividades que realizam. As pessoas não estão à espera de um desastre específico iminente, a instabilidade faz parte da vida cotidiana (Sennett 2009).

Os desastres, aliás, são de toda ordem, das redes de energia que saem do ar à bolsa de valores que entra em colapso. Apesar de não sermos tão confiantes quanto já fomos nos especialistas e na ciência, calculamos os riscos para nos sentirmos menos

⁸ Inspirado por uma apresentação de Victor Godói sobre o quadro “Saturno (Cronos) devorando a um filho”, de Goya.

impotentes, menos vulneráveis a forças anônimas, sejam elas a mão de Deus ou a mão do mercado. As razões do medo, por mais que atinjam a todos, são colocadas como problemas individuais. Cada um deve utilizar seus próprios recursos para buscar segurança. Declara-se que a felicidade é um direito humano universal e que os mais aptos o implementarão (Bauman 2008).

Nesse mundo de aparente liberdade, o aumento da desigualdade (dentro de um país e entre países) vem provar que não há um sistema essencialmente bom, porém corrompido, e sim, um estilo de vida e uma concepção de felicidade que não pode incluir a todos. Mobilizam-se recursos globais para o desfrute local, sem abrir qualquer possibilidade de universalização (Bauman 2008). Não é dizer que não há PIB suficiente no mundo ou recursos financeiros e humanos para um mundo menos desigual, porque há. É dizer que o sistema econômico, político e social em que boa parte dos países vive e a maior parte das pessoas convive, funciona segundo outro ponto de vista. A globalização vive do esquecimento de grande parte da população mundial, a segregação é o reverso necessário das integrações. A polarização do mundo não é um entrave ao processo de globalização, mas justamente um efeito dele (Bauman 1999). Mas, não é isso que se veicula como ideologia. Contam-se muitas histórias sobre o que aconteceu a quem soube se adaptar, investir seus bens, se beneficiar da flexibilidade do trabalho ou conquistar seu mérito.

Passar pelo mercado, pela incerteza e pelo medo, para fechar um texto sobre imigrações na pós-modernidade foi uma escolha entre tantas possíveis. Se há uma idéia de liberdade ligada às condições de trabalho nos países desenvolvidos e que passa não apenas pelos direitos trabalhistas, mas também pela flexibilidade das economias, muitos imigrantes buscarão um lugar ao sol nas terras das oportunidades. O que ocorre é que a instabilidade e a flexibilidade têm, em geral, consequências positivas para os privilegiados, podendo ser destrutivas para aqueles aventureiros em posição vulnerável que tentam jogar segundo as mesmas regras (Sennett 2009). Por outro lado, a presença estrangeira servirá a discursos de poder para justificar a todos, principalmente aos cidadãos do Primeiro Mundo, as falhas na economia.

DIVAGAÇÕES FINAIS

Desde a primeira vez que ouvi alguém falar, com ar orgulhoso, que se considerava um cidadão do mundo e de profetizar, como latino-americano na Europa, que o fim do Estado Nação estava próximo, senti certo estranhamento. Há diversos

analistas das sociedades atuais que entrariam no coro, falariam da artificialidade e do interesse político-econômico da construção de Estados nacionais. Considero a questão mais complexa do que isso. Há algo menos mecânico por trás, mais cultural e significativo. Contudo, que sabemos do nosso tempo futuro? Todos temos o direito de apostar. Soa mais questionável, a primeira afirmação. Quem pode se considerar hoje um cidadão do mundo e quem pode se orgulhar disso, ou em outros termos mais irônicos, as fronteiras estão abertas para quem "cara pálida"? E eis que alguém diz: a globalização é muito mais imaginada do que empírica (Canclini 2007).

Uma hipótese apresentada aqui sem pretensões é a de que há ideologias sobre liberdade e mobilidade espacial e social que não correspondem às experiências da maioria da população mundial, porém, são compartilhadas no imaginário de milhões de pessoas que desejam e buscam uma vida melhor. A utopia urbana globalizada seria um sinal dos tempos... pós-modernos. Aqueles que estão do lado do desembarque, os cidadãos dos países desenvolvidos, teriam não só distintas posições sobre as imigrações, como na maior parte das vezes essas posições mudariam conforme o "outro" que chega. Há outros e "outros", o que faria toda a diferença na percepção e na recepção.

Certamente, privilegiei a globalização como trocas humanas na imigração e, em menor medida, difusão de ideologias. Essas duas faces estão estreitamente ligadas. Há motivações econômicas por trás de muitas partidas, há necessidades materiais e tentativas de inclusão no mundo "como ele é". Contudo, não reduzo a imigração aos processos puramente racionais. Vejo *ethos* e cultura. Há também uma razão positiva para todas essas partidas, há valores do que é uma vida mais digna, há tentativas de expansão dos comportamentos ativos - ainda que na posição de consumidores (De Certau 2004). Há os sonhos, todos humanos, em maior ou menor sintonia com uma sociedade individualista. Há um sentimento do nosso tempo e do nosso lugar, do nosso pós-moderno Ocidente. A vontade e ao mesmo tempo a sensação de dever ser diverso, feliz, moderno, bem-sucedido. Ao lado disso, ou complementar a isso, a necessidade de construção dos "outros", a manufatura dos medos, a busca incessante, o não estar bem na sua própria pele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bauman, Zygmunt. 2008. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- _____. 1999. Turistas e vagabundos. In: *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Canclini, Néstor. 2007. *A globalização imaginada*. São Paulo: Editora Iluminuras.
- De Certeau, Michel. 2004. *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Folha de São Paulo: <http://www.folha.uol.com.br/>, acesso em 2010.
- Foucault, Michel. 1997. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Harvey, David. 2009. *A condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.
- Hayek, Friedrich. 1981. Liberalismo. In: Crespigny, Anthony de; Cronin, Jeremy (org.). *Ideologias Políticas*. Brasília: Editora UNB.
- Le monde diplomatique Brasil. Março, 2009. Entrevista com David Harvey: *Wall Street e o direito à cidade*.
- Mauss, Marcel. 1995. A expressão obrigatória dos sentimentos. In: *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Said, Edward. 2007. *Orientalismo – o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Editora Companhia de Bolso.
- Sen, Amartya. 2001. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Sennett, Richard. 2009. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Velho, Gilberto. 1973. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Wolff, Francis. 2007. Esquecimento da política ou desejo de outras políticas? In: Novaes, Adauto (org.). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Editora Agir.
- Zizek, Slavoj. 2006. *Elogio da Intolerância*. Lisboa: Editora Argumentos.